

Do sujeito à atitude suspeita: uma discussão sobre necropolítica e governamentalidade no campo da segurança pública paraibana

From subject to suspicious attitude: a discussion on necropolitics and governmentality in the field of public security in Paraíba

Mari Freitas Fagundes¹

Resumo: O trabalho que ora apresento é fruto de uma pesquisa de doutorado, em andamento, na qual venho analisando uma política pública, no âmbito da segurança pública, no estado da Paraíba. Objetivo discutir as estratégias do fazer morrer no bojo de uma política dita de vida. Nesse sentido, por meio de entrevistas realizadas com policiais militares – ativos na efetivação da política em análise – questiono os artifícios da produção da paz no campo da segurança pública paraibana trabalhando com as categorias “sujeito suspeito” e “atitude suspeita”, para pensar as políticas de inimizade que sustentam o campo da segurança pública paraibana.

Palavras-chave: Necropolítica; Governamentalidade; Polícia Militar; Programa Paraíba Unida pela Paz.

Abstract: The work I present here is the result of a doctoral research, in progress, in which I have been analyzing a public policy, within the scope of public security, in the state of Paraíba. Aim to discuss the strategies of making people die in the midst of a so-called life policy. In this sense, through interviews with military police officers - active in carrying out the policy under analysis - I question the artifices of peace production in the field of Paraíba public security, working with the categories “suspect subject” and “suspicious attitude”, to think about the enmity policies that sustain the field of Paraíba public security.

Keywords: Necropolitics; Governmentality; Military Police; Paraíba United for Peace Program.

Introdução

Atualmente o Estado da Paraíba vem sendo referenciado no campo da segurança pública pela redução, em oito anos consecutivos, dos índices de CVLI (crimes violentos letais intencionais), tendo em vista o desenvolvimento de uma “política de paz”: o Programa Paraíba Unida Pela Paz (PPUPP). Por meio de uma pesquisa de campo, em andamento, problematizo dois marcadores sociais da diferença (juventude e raça) e o “como” de seus agenciamentos no âmbito desta política. Tal discussão se torna potente, pois o Estado da Paraíba figura como um território de média vulnerabilidade relativa, onde a chance de um

¹ - Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), maricris.ff@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8545-2756>

jovem negro morrer é 8,82 vezes maior do que um jovem branco (BRASIL, 2017), embora seja um Estado referenciado nacionalmente na redução de homicídios de forma geral.

A discussão no campo da segurança pública brasileira nos exige pensar sobre a fragilidade na construção de políticas nacionais e na produção de dados a respeito desses marcadores. Alguns Estados vêm trabalhando com políticas públicas mais fortalecidas e é justamente neste sentido que o território da Paraíba tem sido representado pelos anuários e atlas da segurança pública brasileiros. Buscando problematizar “verdades triunfantes”, por meio dos conceitos de necropolítica (MBEMBE, 2017) e governamentalidade (FOUCAULT, 2008) questiono no que consiste a paz produzida no âmbito da política em questão, especialmente quando os agentes responsáveis pela sua aplicação são as Polícias Militar, Civil e Corpo de Bombeiros.

Através da pesquisa qualitativa realizada (BECKER, 1993), trago para o debate entrevistas efetuadas com os alunos soldados da Polícia Militar local e as percepções sobre a categoria “atitude suspeita”, possibilitando questionar a existência de uma sujeição criminal quando se aponta a categoria “tirocínio” como elemento de filtragem nas abordagens ostensivas. Assim, emprego as técnicas da entrevista semiestruturada para esta discussão (POUPART, et. al., 2012).

O artigo, além desta introdução e das considerações finais, está estruturado em mais duas seções, onde busco, inicialmente, contextualizar o PPUPP e sua relação com a Nova Gestão Pública (NGP) e o quanto uma gestão para resultados pode ser comprometedoras quando o plano de fundo que organiza as relações sociais e institucionais é o do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019). No segundo item, abordo de forma mais direta as entrevistas, realizando uma maior aproximação com a bibliografia que sustenta a minha lente de análise, tendo em vista que diálogo com o referencial foucaultiano e mbembiano, aproximando as produções brasileiras voltadas para o campo da sociologia da violência.

1. “É como numa empresa, né, se você trabalha e se você dá produção, você tem recompensa²”: nova gestão pública e gestão para resultados na produção da paz

Há muito se fala, no campo da segurança pública, sobre o tirocínio policial (SCHLITTLER, 2016), isto é, um suposto saber que os policiais adquirem ao longo de sua carreira no policiamento ostensivo. Aqui irei trabalhar, mais precisamente, com a polícia militar, visto

² Excerto retirado da entrevista realizada com a aluna 34, no dia 02/09/2020.

que a maior parte do seu efetivo seja no cenário nacional, seja no cenário paraibano – foco deste estudo – é empregado nesse atuar. Segundo estudos abordando essa categoria, os policiais alegam que com o passar dos anos é possível identificar posturas e características que permitem perceber o comportamento suspeito de dado indivíduo ao olharem para ele.

Maria Carolina Schlittler ao realizar sua pesquisa de doutorado em São Paulo, tendo como foco do estudo os policiais da capital paulistana, demonstra o quanto a categoria tirocínio é formada fundamentalmente com base na discriminação racial, visto que as características que envolvem os sujeitos “suspeitos” geralmente estão ligadas aos símbolos da cultura Hip-Hop, um movimento cultural historicamente conhecido como de resistência da juventude negra.

[...] o chamado *tirocínio* policial, que pode ser definido enquanto uma regra de experiência, marcada por saberes subjetivos, aprendidos pelos policiais nas ruas por meio das trocas com outros profissionais mais experientes, ou por meio da acumulação da experiência deste policial no policiamento ostensivo. Com as entrevistas, verificou-se que o *tirocínio* de um policial elenca características físicas (vestimentas, marcadores de classe e pertença territorial, signos da cultura *hip hop*, tatuagens, desempenho de gênero) para embasar a suspeita e abordar as pessoas [grifos no original] (SCHLITTLER, 2016, p. 69).

Com base nesses elementos e nas discussões que venho desenvolvendo ao longo da minha tese de doutorado, passei a estudar uma política pública em curso no Estado da Paraíba: o Programa Paraíba Unida Pela Paz (PPUPP). O referido Programa é compreendido como uma política de estado (OLIVEIRA, 2011), sedimentado na lei 11.049/2017 (PARAÍBA, 2017), estando em vigor desde o ano de 2011, sendo reconhecida nacionalmente pelos oito anos consecutivos na redução de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) (PARAÍBA, 2019). Segundo seus gestores, foi por meio dos esforços empregados no bojo do Programa que o Estado saiu da terceira posição como o mais violento do país, passando a ocupar a 14ª posição (Idem). Ao mesmo tempo em que essa redução ocorre, os índices de mortalidade da juventude negra ainda são altíssimos.

Em 2017, fora divulgado por meio do Índice de vulnerabilidade juvenil à violência (BRASIL, 2017), que a Paraíba figurava como um Estado de média vulnerabilidade relativa, isto é, onde as chances de um jovem negro morrer em relação a um branco, era 8,82 vezes maior. No decorrer no ano de 2018, ao iniciar a pesquisa de campo me deparei com esses dados e identifiquei que a capital paraibana, João Pessoa, havia sido um dos territórios onde os programas do Plano Juventude Viva tinha sido implementados (BRASIL, 2018), tendo

uma curta duração, visto o golpe de 2016, o qual depôs a presidente Dilma, tendo um parco desenvolvimento no decorrer do governo Temer e posterior cancelamento.

Com base nessas informações, busquei compreender um pouco mais sobre as ações do PPUPP em solo paraibano, para além dos gráficos e números reiteradamente divulgados pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SESDES) do Estado. Reconhecendo os processos exitosos do Programa, passei a entrevistar alguns alunos do Curso de Formação de Soldado (CFSD) da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), assim como alguns Oficiais já atuantes na Instituição, a fim de questionar as verdades triunfantes (NIETZSCHE, 2008), especialmente as construídas por meio dos números estatísticos, os quais constroem “classes de pessoas” (POPKEWITZ, LINDBLAD, 2001) e nos fazem acreditar que é sobre verdade que nos falam todas essas enunciações (FOUCAULT, 1997).

Desse modo, apoiada em ferramentas da pesquisa qualitativa (POUPART, et. al, 2001), passei a realizar entrevistas no decorrer do ano de 2019 com Oficiais da Polícia Militar da Paraíba (PMPB) – dois Majores, dois Capitães e uma Tenente – e, posteriormente, realizei oito entrevistas online com alunos do CFSD – três mulheres e cinco homens – todos ingressantes da segunda turma do concurso público realizado em 2018 para policiais da PMPB. As entrevistas com os e as alunas soldados ocorreram de maneira remota, tendo em vista a pandemia do Covid-19, a qual fez com que eu mudasse significativamente os rumos da pesquisa de campo.

É interessante sinalizar que minha aproximação com a instituição Polícia Militar se deu, inicialmente, por meio de contato telefônico com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social da Paraíba. Após alguns repasses de ligações, cheguei até o “setor das estatísticas”, onde tive a oportunidade de conversar com o Major V., o qual foi muito solícito, possibilitando o agendamento de uma reunião para o dia 18 de novembro de 2019. Com sua autorização, gravei a entrevista e marcamos um novo horário, visto que as demandas do local lhe colocam como o principal responsável pelas organizações do PPUPP. Nessa nova entrevista, realizada no dia 02 de dezembro daquele ano, o Major me forneceu novos contatos, especialmente com gestores responsáveis pelas Unidades de Polícia Solidária³.

Inquieta com as informações que me estavam sendo passadas, as quais permeavam pelo viés da existência de uma “nova polícia” até a descrição de que em alguns territórios o

³ Visando construir minha rede de contato no âmbito da instituição, especialmente por ser uma “civil”, isto é, não pertencente ao corpo militar, em todas as entrevistas que realizei, solicitava aos e as entrevistadas, que me sugerissem mais três sujeitos que pudessem contribuir com a pesquisa.

policciamento ostensivo era a “melhor saída”, tive a oportunidade de contatar um Capitão da polícia, Capitão F., o qual havia realizado pesquisas junto à PMPB ao longo da sua trajetória acadêmica no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB (PPGS/UFPB). A partir desse contato, uma outra visão sobre a PMPB me foi referida. Esses contatos ocorreram antes da pandemia do COVID-19 e, a partir deles, havia optado pela realização de uma etnografia junto ao Centro de Educação da PMPB, visando compreender como o PPUPP era incorporado ao longo da formação das e dos soldados. Antes da suspensão das aulas em virtude da calamidade de saúde pública, tive a oportunidade de frequentar três semanas de curso no mês de março de 2020. Embora a pesquisa etnográfica tenha sido interrompida, foi a partir desses laços que me aproximei dos alunos e alunas do curso de formação de soldados (CFSD).

Para o debate travado ao longo deste texto, me deterei às entrevistas realizadas com os e as alunas soldados, visto que são os atores que trabalham mais diretamente no policiamento ostensivo, conseqüentemente, são eles e elas que “selecionam” mais seguidamente os “suspeitos” no decorrer das abordagens. Como pauta de entrevista elegi alguns elementos que perpassavam tanto o curso de formação, quanto a postura de algumas polícias, como a de São Paulo e Rio de Janeiro, as quais carregam os maiores índices de mortalidade por parte dos policiais⁴.

As pautas que guiaram as entrevistas foram as seguintes: a) Formação diante da pandemia: procedimento das aulas do CFSD e aproveitamento; b) Rotina de serviços e aulas com essas mudanças, caso tenha havido; c) Se possível, descrever um pouco do cotidiano enquanto Policial Militar; d) Programa Paraíba Unida pela Paz na percepção dos e das agentes; e) No cotidiano há incidências de diretrizes do Programa (ex.: cobrança de metas, forma de agir em abordagens, inteligência, Unidades de Polícia solidária); f) Qual a percepção dos e das agentes sobre as Unidades de Polícia Solidária; g) Há reflexo do aprendido no curso de formação com as práticas no atuar ostensivo, ou os mais antigos contribuem mais para uma melhor atuação nas abordagens e patrulhamento; h) Qual a percepção dos e das agentes sobre a divulgação midiática do atuar truculento de algumas Polícias Militares (Ex.: Rio de Janeiro, São Paulo); i) Como identificar um sujeito suspeito?;

⁴ É importante esclarecer que a PMPB é considerada uma das polícias com menor índice de letalidade policial (FBSP, 2019). Por outro lado, quando aponto que o “fazer morrer” não consiste apenas na retirada da vida, tendo outros meios mais dissimulados para tanto, sugiro a necessidade das relações raciais ser pauta nos cursos de formação da Instituição em questão, assim como elemento basilar na aplicação da política pública em análise.

j) Existem sujeitos mais propensos ao cometimento de crime do que outros? Se sim, por quê?
e; k) O que se entende por repressão e prevenção qualificadas?

No decorrer das entrevistas, outros elementos foram surgindo e com eles outras perguntas foram direcionadas, tendo em vista a oportunidade que a entrevista semiestruturada nos permite ter, especialmente, não fazendo parte do universo dos sujeitos de pesquisa, como é o meu caso. É importante que o leitor e a leitora tenham claro que o PPUPP aponta como mérito das reduções dos crimes letais intencionais a utilização de ferramentas de “Inteligência”, as quais permitem diagnosticar os locais considerados como de “risco” e em virtude disso, agir com base em uma prevenção e repressão qualificadas (PARAÍBA, 2014).

Essas duas terminologias – repressão e prevenção qualificadas – são frutos das orientações da própria Secretaria Nacional de Segurança Públicas (SENASP), a qual sofreu significativas mudanças ao longo dos anos 2000, o que também possibilitou repensar algumas premissas no campo da segurança pública nacional e estadual, tendo em vista os incentivos financeiros promovidos pelo governo federal, especialmente, no decorrer dos governos Lula (CARVALHO, SILVA, 2011). Houve inclusive a construção de uma Matriz Curricular Nacional para a formação dos agentes de segurança pública (BRASIL, 2014), a qual determinou um cronograma mínimo de disciplinas nos âmbitos dos cursos, tendo como foco a transversalidade dos Direitos Humanos na formação dos agentes da segurança pública.

No Estado da Paraíba, inclusive, o curso de formação de Soldados é o mais extenso do país, tendo a duração de 15 meses. A princípio, uma formação mais longa, permitiria com que os agentes tivessem um maior preparo teórico para depois atuarem junto à sociedade. Entretanto, como foi possível verificar ao longo da pesquisa de campo, os alunos e alunas são empregados em alguns serviços – como realização da segurança em estádios de futebol, serviços nos Batalhões –, gerando certo descontentamento por parte dos ingressantes, pois, segundo eles a extensão do curso é uma forma do governo lhes utilizar como “mão de obra barata”, visto que enquanto alunos recebem um salário-mínimo, mais vale-alimentação, no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais).

Ainda, é interessante destacar que o PPUPP se enquadra nos parâmetros da Nova Gestão Pública (BRESSER-PEREIRA, 2000), isto é, busca empregar alguns pressupostos de gestão das empresas privadas no setor público, como cumprimento de metas, bonificações quando elas são alcançadas e incentivos financeiros para a apreensão de armas (REIS, 2010).

Relatou um dos entrevistados que a palavra-chave do PPUPP é “gestão para resultados”. Como referido anteriormente, por meio do setor de inteligência há o mapeamento de locais entendidos como de “risco” e, conseqüentemente, uma abordagem mais rotineira nestes territórios.

O que questiono, entretanto, é a forma como esses resultados são alcançados, especialmente em uma área – como é o caso da segurança pública – que insiste em silenciar as práticas racistas desenvolvidas em seu bojo, principalmente quando o ator dessa análise é a Polícia Militar (PACHECO, 2020). É interessante destacar que o Estado da Paraíba figura como o terceiro Estado com menor índice de letalidade policial (FBSP, 2020, p. 88). Significa dizer que neste território há um menor embate por parte dos policiais militares, seja porque há um controle por parte das facções de alguns territórios ou, seguindo a perspectiva dos e das entrevistadas, aqui a polícia é “mais humana”.

Com base no questionamento referido no parágrafo anterior, alguns pontos precisam ser destacados para que adentremos às entrevistas, propriamente: como o tirocínio policial direciona a escolha dos suspeitos no território paraibano? Como o PPUPP aborda a mortalidade da juventude negra, já que se diz uma política de paz? Há, de fato, diferença entre atitude suspeita e sujeito suspeito? É para nos aproximarmos dessas discussões que convido o leitor e a leitora a adentrar no próximo item.

2. “Eu consigo sentir uma polícia mais humanizada em relação a tudo⁵”: sujeição criminal e políticas de inimizade na construção da “atitude suspeita”

Em trabalhos recentes (FAGUNDES, QUEIROZ, 2019), viemos buscando demonstrar o quanto ao mirarmos o campo da segurança pública brasileiro e, no caso desta discussão, paraibano, não torna possível falarmos apenas em uma gestão para produção da vida, uma biopolítica, como nos encaminha Michel Foucault (2005). Tenho defendido que quando os marcadores raça, juventude e gênero se interseccionam, o que temos é um governo da morte (MBEMBE, 2018). Significa dizer que não é com base na exceção que a morte se apresenta, mas como uma razão política na governamentalidade contemporânea (MBEMBE, 2017).

Assim, trabalhando com Achille Mbembe e Michel Foucault, delimitando suas aproximações e distanciamentos, defendo que há um fazer viver, um deixar morrer e um fazer morrer no campo da segurança pública quando os marcadores acima referidos passam

⁵ Excerto retirado da entrevista realizada com o Aluno 31, no dia 09/09/2020.

a dialogar. Nessa passada, é necessário ter claro que o “fazer morrer” não consiste necessariamente na retirada da vida dos sujeitos, embora esta seja uma prática cada vez mais comum e assistida em nosso país, há “efeitos de terror molecular”, como nos coloca Mbembe (Idem), que criam “ficções úteis”, tendo a raça como elemento central para a construção de políticas de inimizade.

Sustenta Michel Misse (2010), que a existência de uma acumulação social da violência possibilita a criação da “sujeição criminal”, tendo em vista a construção de sujeitos que, mesmo antes do cometimento de qualquer prática delitiva, são entendidos como mais suspeitos do que outros. Essa acumulação social da violência dialoga com os escritos desenvolvidos por Silvio Almeida (2019) ao sinalizar que, no Brasil, o racismo é norma, visto que é estrutural, sendo sustentado tanto por instituições quanto pelo corpo social. Se quisermos nos aproximar de Mbembe (2017) mais uma vez, podemos empregar o conceito de nanoracismo, este que se dilui nas práticas sociais e que por isso mesmo, é extremamente potente para se apresentar como algo “normal” das relações sociais, ao passo que segue sustentando piadas racistas até o linchamento de corpos negros.

Como destacado acima, o Estado da Paraíba possui um alto grau de mortalidade da juventude negra (BRASIL, 2017), embora vigore no Estado uma política dita de paz. É importante pontuar que não existe nenhuma política direcionada para a população jovem negra no âmbito do PPUPP, embora o art. 1º da lei 11.049/2017 – lei que institui o Programa Paraíba Unida pela Paz – estabeleça que um dos focos do programa é direcionar ações para os grupos “vulneráveis”, nomeando estes como sendo negros e jovens de baixa renda. Mesmo com a implementação desde o ano de 2011, com uma significativa produção de dados frente às mortes no Estado, não há qualquer política de prevenção dessa mortalidade.

Quando me aproximei um pouco mais dos entrevistados, visando compreender como eles entendiam o racismo e se era possível identificá-lo no decorrer das abordagens, inicialmente, foi sugerido que no Estado da Paraíba a maior parte da população é parda e que, portanto, não haveria racismo. Além disso, foi sugerido que a instituição não “ensina a ser racista”, mas que há um estereótipo quando das abordagens. Questionei, então, sobre quem eram os “sujeitos suspeitos” e fui imediatamente “corrigida”, visto que, segundo alguns entrevistados não há um “sujeito suspeito”, mas “atitudes suspeitas”.

Jorge Larrosa (2002, p. 21) ao abordar o saber da experiência já sinalizava que palavras não são só palavras, elas nos constituem, “[...] produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação”. Não usar o termo

“sujeito suspeito”, mas “atitudes” não consiste em uma simples troca de nomenclatura, pelo contrário, é sustentado em simbologias que há muito atravessam a polícia militar, não só a paraibana, mas a instituição em seu sentido mais amplo. As entrevistas que realizei com os e as alunas soldados foram no mês de setembro de 2020, ou seja, meses após a morte do americano George Floyd, assassinado em Minneapolis, Estados Unidos, por um policial branco e que acabou reverberando fortemente no Brasil⁶.

Esses acontecimentos também armam as condições de possibilidade para que algumas palavras sejam empregadas em detrimento de outras. Dizer que a polícia é racista não é algo incomum no cenário brasileiro (GOMES, LABORNE, 2018). Logo, quando se traz esse debate junto aos policiais, a primeira coisa que é referenciada para justificar as abordagens é o “procedimento padrão”, aprendido e ensinado nos próprios cursos de formação. Isso isentaria uma possível discriminação por parte dos agentes públicos. Além disso, a categoria “tirocínio” também é apontada como um saber adquirido pelos militares, logo, civis⁷ não teriam o olhar “treinado” para essa identificação.

Foi nesse sentido que passei a questionar, então, no que consistia a “atitude suspeita”, se havia territórios onde isso se identificava com mais frequência ou se a “abordagem padrão” era realizada da mesma forma em qualquer bairro. Nesse sentido, cabe destacar alguns excertos das entrevistas, inicialmente sobre as “atitudes”:

[...] é o típico mofi, né, que a gente chama aqui, que é o short de surfista, camisa, roupa de surfista, esse estilo de roupa, assim, folgado, boné, alguma coisa do tipo e aquele andar de malandro. Aí por isso que geralmente esse tipo de pessoa que escolhe esse estilo de vida aí, de roupa, acho que vai ser os que mais vai ser abordado (*sic*) (Entrevista realizada online com aluno 36, no dia 01/09/2020)

Suspeito é qualquer coisa, é se se assustaram, se ajeitaram a roupa, se uma moto que não tem placa (Entrevista realizada online com aluna 33, no dia 03/09/2020).

Agora, nas abordagens, realmente, são mais abordados negros, tem aquele estereótipo daquele pessoal que é mais escuro, pessoal que é magrinho, pessoal que anda com aquelas roupas que é características, aquele short folgado, aquela camisa folgada. Tem aquele estereótipo formado do pessoal que parece ser errado, mas assim, não se trata exatamente de cor, é mais o estereótipo de comportamento. Assim, eu acho que a gente não quer

⁶ Para saber mais informações sobre o ocorrido, consultar: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policia-branca-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>

⁷ No âmbito da polícia militar, os policiais são entendidos como militares e os sujeitos “comuns” que não fazem parte da polícia, são chamados de “civis”.

ser racista, a instituição não quer ser racista e nem direciona pra cor, a questão é realmente o comportamento suspeito. Só que esse comportamento suspeito, geralmente, é direcionado pra pessoas de cor, não adianta dizer que é, porque não é né. (Entrevista realizada online com aluna 34, no dia 03/09/2020).

Como se pode observar dos relatos das entrevistas, o que é entendido como atitude suspeita, segue apontando para características de sujeitos. Logo, o não emprego das palavras “sujeitos suspeitos” não retira os pressupostos voltados para um sujeito específico; percebe-se uma visão pré-concebida de sujeitos criminais, ou seja, mesmo antes da prática de qualquer crime se espera de alguns sujeitos o seu cometimento. Michel Misse (2010, p. 24) ao apontar para a existência de uma sujeição criminal, assim esclarece:

A sujeição criminal não é apenas um rótulo arbitrário, ou o resultado de uma luta por significações morais disputáveis, mas um processo social que condensa determinadas práticas com seus agentes sob uma classificação social relativamente estável, recorrente e, enquanto tal, legítima. Há estruturação na produção social da sujeição criminal, mas cada evento só é capturado nessa estruturação se “fizer sentido” para muitos indivíduos, inclusive para o próprio acusado.

Nesse sentido, se torna possível pensar, na esteira de Mbembe (2017) o quanto a razão governamental, no presente, utiliza-se da raça para gestar a população. É nesse sentido que a necropolítica se torna uma importante ferramenta para que pensemos sobre as práticas, as políticas e as ações perpetradas no campo da segurança pública. Tendo em vista a extensão deste texto, não se torna possível explorar densamente as entrevistas, mas cabe salientar que além das características sustentadas no “tirocínio” policial, os territórios também são locais que contribuem para a seletividade das ações policiais.

A capital paraibana, João Pessoa, é composta por bairros que dão acesso às praias, a maioria delas localizadas em bairros de classe média alta. Além das praias, há bairros periféricos, nomeados pelos entrevistados e entrevistadas como “comunidades”. Tendo em vista essa divisão espacial – comunidades *versus* praia – busquei, ainda, questionar se as abordagens eram as mesmas realizadas nesses dois espaços:

Tem diferença em relação a escolha, a escolha da pessoa que você vai abordar, a gente vê assim, agora vou falar que realmente tem um certo preconceito porque o estereótipo de abordagem quando a gente vai, realmente, escolher alguém pra abordar, é aquele pessoal magricelo, que usa aquelas roupas folgadas e, geralmente, de boné, que tem tatuagem, que a gente vê que tem uma propensão a talvez estar envolvido com o tráfico. Não necessariamente é a questão da aparência, mas, voltando, de certo

modo é também, né, a gente sabe que é. Se evita abordar aquele pessoal que parece que é de alto nível, não sei o que. Realmente tem isso. E quando vai abordar se é um pouco mais delicado, né, porque eles costumam questionar mais, costumam vir com um pouco mais de truculência. É isso. (Entrevista realizada online com a Aluna 34, no dia 02/09/2020)

Entrevistado 37: Sim, sim, com certeza. É... Pronto, hoje eu não concorro mais à escala de serviço na praia, mas no início a gente tirava algumas operações lá, e os oficiais lá eles pediam pra gente ter cautela quando fosse abordar alguém, não chegar gritando... mas isso a gente já sabia, né. Pediam muito pra ter cautela.

Mari: Mais cautela na praia?

Entrevistado 37: Até pelo tipo de gente que mora lá, né. Pode ser um juiz... (Entrevista realizada online com o Aluno 37, no dia 10/09/2020).

Como se percebe das falas dos entrevistados, a praia é o local onde se exige mais “cautela” nas abordagens. A truculência é direcionada para as comunidades. A praia é o local onde residem juízes, pessoas com mais conhecimento, não suspeitos, não “bandidos”. Nas comunidades, ao contrário, segundo se percebe das entrevistas, é o local dos “sujeitos com propensão de envolvimento com tráfico”. Ainda dialogando com Michel Misse (2010), os territórios fazem parte da construção da categoria “sujeição criminal” que guia o tirocínio policial.

Voltando ao diálogo com Michel Foucault (2008), quando aponta para a criação da categoria “risco” no decorrer dos séculos XVIII e XIX, quando a população passa a ser um objeto de estudo tendo como foco a variação ou propagação de doenças, passa-se a contabilizar as recorrências e variedades que lhe atingem. Embora os sujeitos individuais ainda sejam elementos de controle por parte do governo, agora é uma normalidade que se busca construir. Para tanto, o saber estatístico se apresenta como uma ferramenta imprescindível, visto que a partir dele se torna possível criar uma média populacional, com isso prever condutas e criar certa otimização na arte de governar. Entretanto, é importante ter claro que se trata de uma invenção moderna, ou seja, os números não falam por si só. Nesse sentido:

[...] O conhecimento da estatística é uma ficção, pois as categorias não são reais, mas representações elaboradas para identificar e ordenar relações e permitir planejamentos sociais, como mostra a história de classificações como emprego/desemprego, ‘de risco’ e socialmente desfavorecido. Essa noção de números enquanto ficções não deixa de reconhecer que os números respondem a algo no mundo que chamou nossa atenção. Além do mais, as ficções têm um efeito prático ao ‘construir’ que tipo e quanto de atenção se deve dar a fenômenos sociais (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001, p. 112).

Problematizar o PPUPP e suas ações passa por questionar as verdades estatísticas, visto que ao tratar-se de um programa com foco na gestão para resultados, os lugares para onde as ações da Polícia Militar são direcionadas tendem a reforçar os estereótipos que há muito traçam rastros mortíferos em solo brasileiro. Aproximando para este contexto as teorizações mbembianas, é interessante pensarmos sobre a construção do outro. O autor pontua que “[...] Ser o Outro é sentir-se sempre instável. A tragédia do Outro tem origem nesta instabilidade. O Outro está constantemente alerta” (MBEMBE, 2017, p. 176).

Nessa passada, falar sobre políticas de inimizade e em uma necropolítica no campo da segurança pública, é apontar para esses efeitos de terror molecular que seguem se metamorfoseando ao longo dos anos (MBEMBE, 2014), mas que miram os jovens negros do sexo masculino, como os suspeitos alvo das ações policiais. Signos, símbolos e territórios que direcionam um atuar “mais enérgico”, como salientou uma das entrevistadas, por parte da polícia. Sinalizo, também, que estou tratando de um território onde vigora uma política dita de paz, onde os índices de CVLI estão sendo reduzidos há oito anos consecutivos e, mesmo assim, quando as categorias aqui apontadas se interseccionam, a “suspeita” segue sendo direcionada para o público antes referido.

Desse modo, embora os textos formais nos falem de igualdade, apontem para o devido processo legal, ou ainda, para a transversalidade dos direitos humanos na formação dos agentes de segurança pública, acredito que enquanto o racismo for tratado na ordem da individualidade ou como “tabu” – se preferirmos, podemos recorrer a Florestan Fernandes e Roger Bastide (2008): se seguirmos com o preconceito de ter preconceito – as políticas de inimizade seguirão construído territórios de paz e de guerra e o genocídio da população jovem negra seguirá em curso em nosso território, sendo chancelada socialmente e provida por instituições ditas democráticas.

Considerações finais

Ao longo do texto, busquei tensionar algumas falas de alunos e alunas soldados da PMPB, tendo em vista o emprego das nomenclaturas “atitudes suspeitas” e “sujeitos suspeitos”. Para tanto, além de trazer para o debate excertos das entrevistas realizadas com esses sujeitos, busquei dialogar com autores que transitam entre a Sociologia da Violência e Relações Raciais, visando destacar o quanto o racismo estrutural faz parte das ações de seletividade dos sujeitos policiais, mesmo em territórios ditos de paz.

Ao longo desta escrita, direcionei o olhar o PPUPP, uma política pública que vem reduzindo os índices de CVLI há oito anos consecutivos, no Estado da Paraíba. Entretanto, este mesmo território é considerado como de média a alta vulnerabilidade relativa, quando se analisa a mortalidade de jovens negros *versus* jovens brancos e, mesmo havendo esse diagnóstico por parte dos gestores paraibanos, não há qualquer direcionamento da política em questão para a redução dos índices de mortalidade desta população. Como salientou um dos entrevistados, entende-se que “reduzir a morte de todo mundo” é o suficiente para que se direcione a política de paz.

No decorrer do texto, visei destacar que à medida que os policiais militares seguem apontando para o tirocínio policial como um elemento primordial na seleção de suspeitos, seguem mobilizando o que Michel Misse chama de “acumulação social da violência” e, com isso, elegem “sujeitos suspeitos”. Logo, embora as normatizações da Polícia Militar sugiram um atuar “padrão” por parte dos agentes públicos nas abordagens ostensivas, o que se percebe é a construção de um “sujeito criminal”, o qual segue carregando elementos históricos como raça, geração e gênero na elaboração dos “suspeitos”.

Assim, visei destacar que mesmo em uma política pública dita de vida, as metamorfoses do racismo seguem gestando a razão governamental da segurança pública paraibana, apontando-se para um fazer morrer, uma necropolítica, se preferirmos. A mudança do emprego das nomenclaturas “sujeito suspeito” para “atitude suspeita”, no caso em questão, traduz-se em uma tentativa de diálogo com as legislações e com as denúncias feitas pelos movimentos sociais frente ao agir truculento de algumas polícias, mas que, por si só, não dá conta de mudar uma racionalidade de operação, como foi possível perceber ao longo dos excertos das entrevistas em análise. Entendo que há um longo caminho a ser percorrido para que os marcadores aqui mobilizados deixem de ser “ficções úteis” na gestão da segurança pública.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- BASTIDE, Roger. FERNANDES; Florestan. **Brancos e Negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4ed. São Paulo: Global, 2008
- BRASIL. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017**: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/indice-de-vulnerabilidade-juvenil-a->

violencia-2017-desigualdade-racial-e-municipios-com-mais-de-100-mil-habitantes/>.
Acessado em: janeiro de 2019.

BRASIL. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**, coordenação Andréa da Silveira Passos... [et al.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. 362 p.- Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-1/2matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf>. Acessdo em: dezembro de 2019;

BRASIL. **Plano Juventude Viva**: um levantamento histórico. Secretaria Nacional da Juventude. Brasília: SNJ, 2018;

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial do Estado de 1995. RAP. Rio de Janeiro 34(4), jul-ago, 2000. p-p 7-26. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/81refgerenc1995-ina.pdf>. Acessado em: agosto de 2020.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 14, nº. 1, jan./jun, 2011. p-p: 59-67.

FAGUNDES, Mari Cristina de Freitas; QUEIROZ, Tereza. Governamentalidade, Necropolítica e Necrogovernamentalidade: uma discussão sobre “deixar morrer” no âmbito da segurança pública. **Revista Abordagens**. João Pessoa, v. 1, nº 2, ago/dez, 2019. Edição comemorativa “40 anos do PPGS/UFPB”. p-p 53-68;

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2020, ano 14. p.p. 108-111;

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal: 1997

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008;

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. V. 34, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e197406.pdf>. Acessado em: 04 de agosto de 2020.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. jan/Fev/Mar/Abr, 2002. p-p.: 20-28;

MBEMBE, Achille. **A crítica da Razão Negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. 2ª Ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Tradução de Marta Lança. Portugal: Antígona, 2017;

MISSE, Michel. Crime, Sujeito e sujeição criminal: Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Revista Lua Nova**, São Paulo, 79, 2010. p-p: 15-38;

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre verdade e Mentira**. Organização e tradução de Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Revista Educação e Sociedade**. V. 32, n. 115. Campinas, abr.jun, 2011; p-p: 323-337;

PACHECO, Dennis. De olhos bem fechados: racismo e discriminação no Brasil. In.: FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2020, ano 14. p.p. 108-111;

PARAÍBA. **Lei 10.338**, de 03 de julho de 2014, que cria o sistema estadual de inteligência de segurança e defesa social do estado, regulamentada pelo decreto nº 35.224, de 29 de julho de 2014. Disponível em =: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2017/10/Lei-nº-10.338-de-2014-Sistema-Estadual-de-Inteligência-de-Segurança-e-Defesa-Social.pdf>. Acessado em: 16/05/2019;

PARAÍBA. **Lei 11.049**, promulgada em 21 de dezembro de 2017. Disponível em: http://static.paraiba.pb.gov.br/2017/10/Lei_11049_2017_PB_Unida_pela_Paz.pdf. Acessado em: março de 2020;

PARAÍBA. Paraíba Unida Pela Paz: **anuário da segurança pública da Paraíba**, 2019. Publicado em janeiro de 2019. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social/arquivos/Anuario_Seguranca_Publica_2019_.pdf>. Acessado em: março de 2020.

POPKEWITZ, Tom; LINDBLAD, Sverker. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Revista Educação e Sociedade**, ano XXII, nº 75, agosto, 2001. p-p. 111-148. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302001000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em 02/12/2020.

POUPART, Jean. DESLAURIERS, Jean-Pierre; GRULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

REIS, Antônio Marcos De Souza. A nova gestão pública no governo do Estado do Espírito Santo: um estudo do Pró-Gestão focado em projetos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social. **Dissertação** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2828/1/tese_3672_.pdf>. Acessado em: 22/12/2020;

SCHLITTLER, Maria Carolina de Camargo. “Matar muito, prender mal”: a produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP. **Tese** apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. 2016